

Caderno de Provas

CPL P 21 - NS

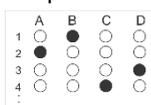
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL

**Edital Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE LAJES/RN**

14 de abril de 2019

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva o seu nome completo e o número do seu documento de identificação no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Questões de Lógica (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

NOME COMPLETO:

DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÍNGUA PORTUGUESA NÍVEL SUPERIOR

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Trabalho escravo: uma realidade persistente

Luciano Frota

Em memória dos três auditores-fiscais assassinados em 28 de janeiro de 2004, devido a inspeções para apurar denúncias de trabalho escravo em fazendas da região de Unaí (MG), o Brasil consagrou a data como “Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo”.

O nosso país carrega na sua história a mancha indelével de um longo passado de escravidão legalizada, cuja abolição formal, ocorrida em 1888, não foi suficiente para romper os grilhões da indignidade, da indiferença e da marginalidade social. Mais de cem anos se passaram e ainda estamos lutando para livrar do cativeiro mulheres e homens trabalhadores que são explorados, à luz do dia, pelos senhores de “engenho” do século 21.

Mesmo sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema, forçado por pressões sociais e por denúncia formulada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão da morte de um trabalhador rural e de outro ferido ao tentarem fugir da Fazenda Espírito Santo, no Pará, onde 60 pessoas foram flagradas submetidas a trabalhos forçados e em condições desumanas (Caso 11.289).

É certo que a partir daí muitos avanços foram alcançados, sobretudo em razão de providências efetivas que passaram a ser adotadas pelos Ministérios do Trabalho e dos Direitos Humanos, bem como pelos Ministérios Públicos Federal e do Trabalho, que, em parceria com diversas outras instituições, formaram uma corrente de combate a essa chaga de indignidade, instituindo, dentre outras medidas, os chamados Grupos Móveis de Fiscalização.

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo. Ainda que retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, não mais limitando-o à privação da liberdade de locomoção, mas estendendo a sua tipificação para casos de aviltamento explícito da dignidade humana, em que trabalhadores são expostos a condições degradantes de trabalho, com jornadas exaustivas ou mesmo forçados por dívidas com o patrão.

Importante ressaltar que o Brasil, além dos compromissos internacionais, tem uma Constituição pactuada sob os pilares do respeito à dignidade da pessoa humana e ao trabalho como valor social. É dever do Estado não se omitir quanto ao combate a todas formas de trabalho indigno, em especial àquele tipificado como análogo à condição de escravo. E o dia 28 de janeiro deve servir exatamente para alertar as autoridades públicas do país que a escalada do trabalho escravo persiste, resistente, matando e mutilando seres humanos, segregando sonhos e coisificando pessoas.

A liberdade é direito inalienável do ser humano; não há liberdade sem garantia de dignidade; não há dignidade sem justiça social; e sem liberdade, sem dignidade e sem justiça social não há democracia.

Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2019

01. O texto, de forma preponderante,

- A) apresenta um posicionamento acerca de como a sociedade brasileira tem lidado com o trabalho escravo.
- B) história toda a trajetória de luta da sociedade brasileira em busca de mecanismos para combater o trabalho escravo.
- C) enumera acontecimentos cruciais para a erradicação das condições de trabalho escravagista da sociedade brasileira.
- D) descreve os avanços em relação ao combate e à erradicação das condições de trabalho escravagista na sociedade brasileira.

02. Ao desenvolver o tema do texto, o autor opta por

- A) ser categórico na constatação da ineficiência das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.
- B) ratificar, sem concessões, a ineficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- C) desqualificar, sem ressalvas, a eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo adotadas no Brasil.
- D) fazer ponderações pontuais em relação à eficácia das medidas de combate ao trabalho escravo no Brasil.

03. Considere o trecho:

O nosso país carrega na sua história a mancha **indelével** de um longo passado de escravidão legalizada [...]

O uso da palavra em destaque expressa que o passado de escravidão, no Brasil, é algo

- A) imperceptível aos olhos da maioria.
- B) impossível de ser apagado da nossa memória.
- C) impossível de ser compreendido.
- D) inexplicável para as gerações mais jovens.

04. Considere os trechos:

(1) **Mesmo** sendo signatário das Convenções 29 e 105 da OIT, somente em 1995 o país acordou para o problema [...]

(2) **Ainda que** retratem apenas uma amostragem do cenário de desumanidade que ainda persiste nos campos e cidades do país, são números que impressionam e reforçam a necessidade de se prosseguir com as ações de combate.

Sobre os elementos linguísticos em destaque, é correto afirmar que

- A) ambos estabelecem relação sintático-semântica de condição entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **caso**.
- B) em (1) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de concessão entre parágrafos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **embora**.
- C) em (2) esse elemento estabelece relação sintático-semântica de condição entre períodos e, nesse caso, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **desde que**.
- D) ambos estabelecem relação sintático-semântica de concessão entre orações e, nesse caso, podem ser substituídos, sem prejuízo de sentido e com pequenas alterações, por **apesar de**.

05. Considere o trecho:

[...] forçado por pressões sociais e por denúncia formulada **perante a** Corte Interamericana de Direitos Humanos [...]

Sobre as palavras em destaque, nesse contexto de uso, é correto classificar que:

- A) a primeira é preposição, e a segunda, artigo.
- B) a primeira é conjunção, e a segunda, artigo.
- C) ambas são preposições.
- D) ambas são conjunções.

06. Considere o período:

No período de 1995 a 2018, mais de 2.000 operações de fiscalização foram realizadas, e cerca 53 mil trabalhadores foram resgatados da condição de escravo.

Sobre as vírgulas presentes nesse trecho, verifica-se que

- A) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adjetivo, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- B) a primeira marca um bloco de informação com valor de aposto, e a segunda separa orações com o mesmo sujeito.
- C) a primeira marca um bloco de informação deslocado, com valor adverbial, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.
- D) a primeira marca um bloco de informação com valor predicativo, e a segunda separa orações com sujeitos distintos.

07. Sobre o segundo e o terceiro parágrafos, é correto afirmar:

- A) O segundo não apresenta ideia central explícita.
- B) O terceiro faz contraposição à ideia central do segundo.
- C) O terceiro tão somente desenvolve a ideia central explícita no segundo.
- D) O segundo tão somente exemplifica o que vai ser afirmado no terceiro.

08. No texto, identifica-se a recorrência a

- A) outros discursos, com o objetivo de reforçar o discurso do autor.
- B) citações diretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.
- C) outros discursos, com o objetivo de refutar o discurso citado.
- D) citações indiretas, demarcadas pelo uso restrito das aspas.

09. O texto apresenta características que o aproximam do gênero

- A) notícia.
- B) artigo de opinião.
- C) reportagem.
- D) relato.

10. Considere o fragmento:

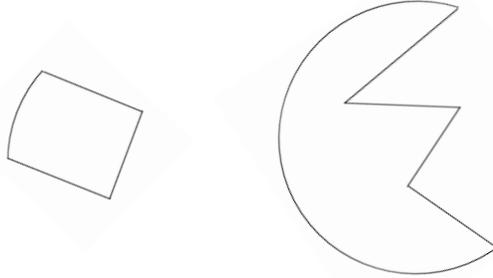
Na seara legislativa, o grande marco histórico na luta pela erradicação dessa chaga social foi a alteração trazida pela Lei 10.803/2003 ao artigo 149 do Código Penal, **que atualizou o conceito de escravidão contemporânea, [...]**

O trecho em destaque é uma oração

- A) subordinada com valor de substantivo.
- B) coordenada com valor explicativo.
- C) coordenada com valor restritivo.
- D) subordinada com valor de adjetivo.

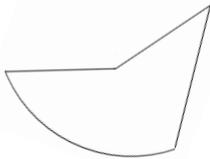
QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA LÓGICA

11. Um círculo de papel cartão com uma face branca e outra preta, foi cortado em três partes distintas. Duas dessas partes estão apresentadas a seguir:

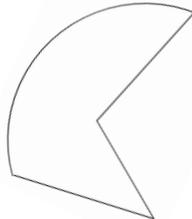


A terceira parte que, junto com as duas anteriores, forma perfeitamente o círculo, é

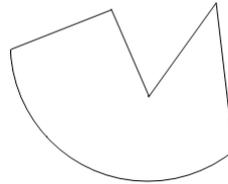
A)



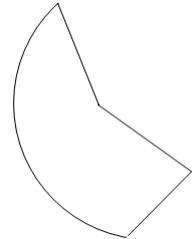
B)



C)



D)



12. Considere o conjunto de doze objetos apresentados a seguir



No conjunto de doze objetos a seguir, selecionando-se aleatoriamente três objetos, a probabilidade de eles serem colineares (pertencerem a uma mesma reta) é de

A) $\frac{1}{12}$

B) $\frac{1}{16}$

C) $\frac{1}{11}$

D) $\frac{1}{8}$

13. Dada a sentença “Se visito Lajes, então sou feliz”, sua negação é

- A) Não visito Lajes e sou feliz.
- B) Visito Lajes e não sou feliz.
- C) Se não visito Lajes, então não sou feliz.
- D) Se não sou feliz, então não visito Lajes.

14. Considerando as 26 letras de nosso alfabeto, na sequência de letras abaixo,

D J E L H P M V ?

o ponto de interrogação representa a letra

- A) T.
- B) R.
- C) S.
- D) U.

15. André é engenheiro, então Luciano não é comerciante. Ou Luciano é comerciante, ou Erick é veterinário. Se José não é advogado, então André é engenheiro. Ora, nem Erick é veterinário nem Cintia é médica. Logo:

- A) José não é advogado e Luciano é comerciante.
- B) Erick é veterinário ou André é engenheiro.
- C) Se Luciano é comerciante, André é engenheiro.
- D) José é advogado e Luciano é comerciante.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – SUPERIOR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) apresenta as regras à organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Carta Magna Brasileira. As questões 01 a 03 têm como referência as determinações que constam na atual LDB, Lei nº. 9.394/96.

16. Considerando as disposições gerais que constam na LDB, acerca da organização da educação brasileira, é correto afirmar:
- A) O calendário escolar deverá ser organizado de forma que considere às peculiaridades locais, priorizando as climáticas e culturais; de forma secundária, as econômicas; ou a critério do respectivo sistema de ensino, sem, com isso, reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.
 - B) A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
 - C) A escola só poderá reclassificar os alunos quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no mesmo sistema de ensino. Para esse fim, terá como base as normas curriculares gerais.
 - D) A escola deverá apresentar, eventualmente, quando solicitada, informações aos pais, conviventes ou não com seus filhos e, se necessário, aos responsáveis legais, sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
17. Trata-se de uma regra, disposta na LDB, a ser respeitada pelos sistemas de ensino ao organizar a oferta do nível fundamental no âmbito da educação básica:
- A) a carga horária mínima anual para as atividades acadêmicas, será de oitocentas horas, distribuídas por um máximo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, incluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - B) a classificação, em qualquer série ou etapa, exceto, a primeira do ensino fundamental, pode ser feita, excepcionalmente, por meio da promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola.
 - C) o controle de frequência das atividades acadêmicas dos discentes fica a cargo da escola. As regras devem estar previstas no regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.
 - D) a obrigatoriedade de estudos de recuperação, para os casos de baixo rendimento escolar, deve ser disciplinada pelas instituições de ensino, em seus regimentos, e esses estudos só devem ser realizados no final de cada período letivo.
18. A educação escolar compreende da educação infantil até a educação superior; enquanto a educação básica deixa a educação superior de fora. No tocante à educação de jovens e adultos, a lei define que é um(a)
- A) nível de ensino.
 - B) ciclo de ensino.
 - C) etapa de ensino.
 - D) modalidade de ensino.

19. A Base Nacional Comum Curricular-BNCC define-se como

- A) uma cartilha de caráter consultivo que traz as orientações quanto aos conteúdos, às estratégias e competências que podem ou não ser consideradas na formatação dos materiais didáticos a serem utilizados na educação escolar pública.
- B) uma resolução de caráter fiscalizador que disciplina a carga horária máxima, prevista no currículo a ser implantado nas escolas públicas que pertencem aos sistemas de educação no Brasil.
- C) uma lei regulatória que define a política de formação e valorização docente articulada ao desenvolvimento dos conteúdos que caracterizam as aprendizagens nas modalidades de ensino, exclusivamente, no ensino fundamental.
- D) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

20. O atual Plano Nacional de Educação –PNE, aprovado pela Lei nº. /2014, com vigência até 2024, é uma deliberação acerca de decisões para o futuro da educação escolar brasileira. A estrutura organizacional do PNE é composta por duas partes:

- A) A primeira parte é o corpo da Lei, que traz questões gerais sobre o plano em seus 14(quatorze) artigos que abordam as diretrizes gerais para efetivação do plano; enquanto a segunda é formada pelos anexos que apresentam as metas e as respectivas estratégias para se alcançar cada uma das metas assim organizadas: metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade; metas que abordam a redução das desigualdades e a valorização da diversidade; metas que tratam da valorização dos profissionais da educação ; metas que se referem ao ensino superior; metas que contemplam a efetivação da gestão democrática e ampliação de investimentos.
- B) A primeira é a mensagem do Ministério da Educação, que aponta os objetivos da educação nacional. A segunda apresenta os anexos com as metas e as respectivas estratégias para se alcançar cada uma das metas: metas reguladoras para a garantia do direito à educação básica, com ênfase na qualidade do ensino fundamental; metas que restringem as desigualdades e a equidade da diversidade; metas que tratam da formação dos profissionais da educação ; metas que se referem ao ensino superior público, na forma da graduação; metas que contemplam a linearidade da gestão democrática e a redução de investimentos de acordo com a PEC 57.
- C) A primeira é um recorte da LDB, com os fins e os princípios da educação nacional. A segunda é formada pelos anexos que apresentam as metas e as respectivas estratégias para se alcançar cada uma das metas: metas suplementares para a garantia do direito à educação básica com qualidade; metas que abordam a valorização das desigualdades e a redução da diversidade; metas que tratam da valorização dos profissionais da educação; metas que se referem ao ensino superior público; metas que contemplam a efetivação da gestão democrática e a equivalência de investimentos.
- D) A primeira são as diretrizes gerais sobre o acordo nacional para garantia da “Política de Educação para Todos”, que orientam a operacionalização do Educasenso. A segunda é formada pelos anexos que apresentam as metas e as respectivas estratégias para se alcançar cada uma das metas: metas coadjuvantes à garantia do direito à educação básica com qualidade; metas que abordam a ampliação das desigualdades e a redução da diversidade; metas que tratam da valorização dos profissionais da educação; metas que se referem ao ensino superior; metas que contemplam a efetivação da gestão democrática e a redução de investimentos conforme PEC-67.

21. O ordenamento jurídico educacional brasileiro responsabiliza o Estado, a família e a sociedade pela educação da atual e futuras gerações. Nos dispositivos, há a defesa de que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Diante do exposto, considerando a relação escola-família, é correto afirmar:
- A) As reuniões entre a família, os docentes e os gestores, realizadas no contexto escolar, propiciam momentos relevantes de reflexão, encaminhamentos e tomadas de decisões, com grande potencial para aprimorar o processo democrático no seio da escola e garantir a efetiva participação dos pais e de toda a comunidade escolar na educação.
 - B) A família e a escola são agentes fundamentais para a formação humana integral dos educandos(as). No entanto, a escola, para garantir a eficiente participação dos pais, deve contemplar, em sua proposta pedagógica, os interesses ideológicos que fundamentam o comportamento das famílias do público que ela atende.
 - C) As reuniões entre os profissionais das escolas e a família são momentos para transmitir recados e/ou informações sobre o desempenho dos educandos e sobre o trabalho desenvolvido pela escola, ou para consolidar decisões já tomadas sem a participação dos pais.
 - D) A Escola e a família são agentes fundamentais no processo formativo dos educandos(as). No entanto, a atuação de ambas é singular e específica e não permitem a integração, pois a família educa e a escola cumpre programas curriculares. A participação da família só é obrigatória nos conselhos escolares.
22. De acordo com a literatura no campo da Pedagogia e da Psicologia, as questões de indisciplina, violência e *bullying*, em meio escolar, são preocupações que transcendem o espaço escolar nacional. Essas questões atravessam a escola desde sempre, mas importa sublinhar que as assumem, na contemporaneidade, novos contornos e exigem dos profissionais novas posturas diante dos impactos da violência na escola. Sobre a violência escolar, compreende-se que
- A) o termo violência escolar se refere, exclusivamente, aos comportamentos agressivos e antissociais com pessoas, incluindo conflitos interpessoais.
 - B) a violência escolar se traduz, exclusivamente, nos comportamentos que envolvem o bullying, única conduta que encontra respaldo legal de enfrentamento na legislação pertinente a educação.
 - C) o enfrentamento da violência escolar passa por uma educação que inclua, em seu currículo a discussão sobre os direitos humanos
 - D) a violência escolar é caracterizada por condutas que acontecem, exclusivamente, em escolas de periferias e se caracterizam por danos ao patrimônio público, pelas práticas de furtos no interior das escolas, bem como por agressões verbais dentro da comunidade escolar.
23. Correntes teóricas têm colocado em lados opostos a ideia de leitura como decodificação e a de leitura como compreensão. Tratando-se especificamente do processo de alfabetização, a escola deve
- A) privilegiar o processo de compreensão textual em detrimento do processo de decodificação, pois de nada adianta a criança ler um texto e não conseguir interpretá-lo corretamente.
 - B) valorizar, preferencialmente, a decodificação textual, a fim de que, após vários exercícios de leitura, a criança consiga interpretar e compreender plenamente aquilo que tem sido lido.
 - C) congregar ações que andem nas duas direções, de forma que as crianças dominem as habilidades de decodificação e aprendam as distintas estratégias que levem à compreensão.
 - D) investir em estratégias de leitura em voz alta e coletivas, já que são pré-requisitos para que a criança desenvolva habilidades de atenção e, conseqüentemente, de compreensão textual.

24. A prática escolar é influenciada por diversas tendências pedagógicas que têm atrás de si condicionantes sociopolíticos os quais retratam as diferentes concepções de homem e de sociedade. Isso evidencia o papel da escola, da aprendizagem, das relações professor-aluno, das técnicas pedagógicas, dentre outros aspectos. Referindo-se às tendências pedagógicas progressistas, tem-se a crítico-social dos conteúdos, que enfatiza os conteúdos de ensino como sendo

- A) matérias que são colocadas à disposição do aluno, mas que não são exigidas, já que o importante é o conhecimento resultante das experiências vividas pelo grupo.
- B) informações, princípios científicos, leis, dentre outros, estabelecidos e ordenados numa sequência lógica e psicológica por especialistas, disponibilizados nos manuais e nos livros didáticos.
- C) conhecimentos e valores sociais acumulados pelas gerações adultas e repassados ao aluno como verdades, visando prepará-lo para a vida; no entanto, são separados das realidades sociais.
- D) culturais, universais, que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados em face das realidades sociais.

25. Leia o fragmento do texto a seguir.

Nossas ações são carregadas de intenções, reveladoras de posturas diante da vida. Não há como separar o agir e o pensar. Mas não é assim que se imagina que aconteça na escola? Há o tempo de agir (dar aulas, explicações, fazer exercícios), separado do tempo de refletir, julgar resultados (corrigir, verificar, atribuir notas e conceitos, fazer pareceres). Os professores dizem que gostam muito de dar aulas, mas não gostam de avaliar!

Fonte: HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

Para a autora, uma ação avaliativa mediadora

- A) desenvolve-se em benefício do educando e dá-se, fundamentalmente, pela proximidade entre quem educa e quem é educado.
- B) acontece por meio da prevalência dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, bem como das eventuais provas finais.
- C) ocorre de maneira formativa durante todo o processo educacional, caracterizando-se como um julgamento de valor, por meio de aprovações e reprovações.
- D) desenvolve-se de maneira contínua, por meio de testes de acompanhamento realizados em finais de cada bimestre, visando à aprendizagem discente.

26. As novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC's) estão cada vez mais presentes no espaço escolar, mediando as aprendizagens ali desenvolvidas. Com as tecnologias atuais, a escola

- A) pode perder a sua essência como agência educadora por excelência, já que as tecnologias distanciam o professor do aluno, interferindo nas relações afetivas, no processo cognitivo e nas interações em sala de aula e fora dela.
- B) pode transformar-se em um conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, que motivem os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a saber tomar iniciativas e interagir.
- C) deve investir em formação docente para trabalhar com as novas tecnologias, a fim de que as aulas sejam mais inovadoras e significativas para os alunos no Ensino Fundamental, migrando gradativamente para a educação a distância.
- D) deve estruturar-se com equipamentos de última geração, que permitam aos alunos estudarem por meio da internet, mediados pelos professores, intercalando momentos presencial e a distância, sem a necessidade de frequentar regularmente a escola.

27. As concepções de organização e de gestão escolar assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos, sendo geralmente divididas em concepção técnico-científica e sociocrítica. Dentro da concepção sociocrítica, há a concepção democrático-participativa, que se baseia
- A) no poder e na autoridade, exercidos unilateralmente, enfatizando relações de subordinação e supervalorizando a racionalização do trabalho, tendendo a retirar das pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho.
 - B) na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe, que acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos e defende uma forma coletiva de tomada de decisões.
 - C) na análise dos processos de organização e gestão dos significados subjetivos, das intenções e das interações entre as pessoas, valorizando as práticas organizativas como uma construção social e recusando a possibilidade de conhecimento mais preciso.
 - D) na responsabilidade coletiva, na ausência de direção centralizada e na acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição, recusando o exercício da autoridade e as formas mais sistematizadas de gestão.
28. A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. Nessa modalidade, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O AEE tem como função
- A) complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e para o desenvolvimento de sua aprendizagem.
 - B) garantir a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independentemente da sala de aula regular, com professores especializados que planejam e executam todas as atividades pedagógicas.
 - C) prover condições de acesso, participação e aprendizagem aos alunos público-alvo da educação especial, os quais são reunidos no turno em que estudam, em uma sala estruturada com equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos.
 - D) assegurar condições de permanência na escola, não objetivando a continuidade de estudos nos demais níveis ou etapas de ensino, já que a finalidade é promover apenas a socialização do educando, eliminando as barreiras sociais que o cercam.

29. Leia o recorte textual a seguir:

No processo de ensino-aprendizagem, o aluno é o sujeito e o construtor do processo. A aprendizagem envolve sempre alguma mudança de comportamento ou de situação, e isto só acontece na pessoa do aprendiz.

Fonte: MASETTO, Marcos. Didática: A aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

Ao tratar sobre o processo mencionado acima, existem diferentes concepções que tentam explicar como isso acontece no cotidiano escolar; entre elas, há a Abordagem Cognitivista. Nessa abordagem,

- A) o ensino está centrado na pessoa, o que implica orientá-la para sua própria experiência para que, dessa forma, possa estruturar-se e agir. A aprendizagem é significativa e penetrante e tem a qualidade de um envolvimento pessoal.
- B) o ensino se preocupa mais com a variedade e a quantidade de noções, conceitos e informações do que com a formação do pensamento reflexivo. Existe a preocupação com a sistematização dos conhecimentos apresentados de forma acabada.
- C) o ensino consiste num arranjo e num planejamento de condições externas que levam os estudantes a aprender, sendo de responsabilidade do professor assegurar a aquisição do comportamento. Quanto à aprendizagem, será garantida pelo programa estabelecido.
- D) o ensino é baseado no ensaio e erro, na pesquisa, na investigação, na solução de problemas por parte do aluno e não na aprendizagem de fórmulas, nomenclaturas, definições, etc. A aprendizagem só se realiza realmente quando o aluno elabora seu conhecimento.

30. É um documento que se fundamenta na legislação nacional, reúne as ideias e decisões assumidas pela comunidade escolar, relacionadas às opções educativas e à organização da escola. Sua elaboração resulta de um processo coletivo de pensar, organizar e construir a prática pedagógica significativa. Nele encontram-se expressas a função social da escola e as orientações quanto à organização do trabalho pedagógico que evidenciam as finalidades educativas. Trata-se do(as):

- A) calendário escolar.
- B) diretrizes Curriculares.
- C) projeto político pedagógico.
- D) plano de ensino.